



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por finalidade o credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas para a prestação de serviços de realização de exames de Ultrassonografia, com emissão de laudo médico, a serem realizados em aparelho próprio da Secretaria Municipal de Saúde.

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinarão de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas neste Termo de Referência.

ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE ESTIMADA MENSAL	QUANTIDADE ESTIMADA ANUAL
1	Exames de Ultrassonografia (com emissão de laudo e realizados no aparelho e nas dependências do município)	400	4800

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de até 12 (doze) meses, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021, conforme o caso e a necessidade da Administração.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS

3.1. Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

- () bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
() bens especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
(X) serviços comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
() serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**CAPÍTULO II
DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E
REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A ultrassonografia é um exame diagnóstico por imagem amplamente utilizado no âmbito médico, fundamentado na emissão de ondas sonoras de alta frequência que, ao interagir com as estruturas internas do corpo humano, permitem a formação de imagens detalhadas em tempo real. Esta modalidade de diagnóstico se destaca por sua natureza não invasiva e por sua capacidade de oferecer uma avaliação dinâmica e precisa das condições morfológicas e funcionais dos órgãos e tecidos, possibilitando a detecção precoce de anormalidades.

Além de ser um método com excelente custo-benefício, a ultrassonografia é reconhecida por sua alta sensibilidade e especificidade, tornando-se um dos exames mais indicados para monitoramento e diagnóstico de diversas condições clínicas. Sua aplicação abrange desde a avaliação de órgãos internos, como fígado, rins e coração, até exames especializados, como a ultrassonografia obstétrica e ginecológica. A sua utilidade em situações emergenciais e no acompanhamento de doenças crônicas também contribui para o seu reconhecimento como um exame essencial na medicina preventiva e curativa.

A crescente demanda por serviços de saúde no município tem gerado um aumento significativo no número de pacientes que buscam por consultas e exames médicos, especialmente exames de ultrassonografia. A Secretaria Municipal de Saúde tem intensificado seus esforços para ampliar a oferta desses serviços, visando atender à crescente necessidade da população. No entanto, a atual carência de contratos vigentes para a realização de exames de ultrassonografia tem gerado sérias dificuldades na gestão de fluxos de atendimento, resultando em atraso nas demandas e ampliando a fila de espera, o que impacta diretamente a qualidade e a eficácia no atendimento à população.

Neste contexto, a contratação de serviços especializados em ultrassonografia é imperativa para suprir as lacunas existentes, assegurando a continuidade dos atendimentos e a implementação de medidas preventivas e corretivas que possam minimizar o impacto da sobrecarga nos serviços de saúde municipais. A realização desses exames contribui não apenas para o diagnóstico precoce de doenças, mas também para a agilização no encaminhamento dos pacientes a tratamentos especializados, o que tem efeito direto na melhoria da saúde pública local.

Além disso, a contratação dos serviços de ultrassonografia irá garantir maior eficiência e agilidade no processo de atendimento, o que se traduz em um aumento significativo na qualidade do serviço prestado à população. Dessa forma, é fundamental a formalização de um contrato para a realização desses exames, que permitirá à Secretaria Municipal de Saúde otimizar sua capacidade



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

de resposta diante das necessidades de diagnóstico da população, reduzindo as filas de espera e aumentando a cobertura e o alcance dos atendimentos médicos.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. A solução delineada e ora apresentada consiste na realização de Chamamento Público visando ao credenciamento de profissionais especializados, sejam pessoas jurídicas e/ou físicas, para a prestação de serviços de exames de ultrassonografia, com emissão dos respectivos laudos médicos, a serem executados utilizando o equipamento de ultrassonografia pertencente à estrutura da Secretaria Municipal de Saúde.

Essa alternativa revela-se tecnicamente adequada e economicamente vantajosa, pois possibilita a otimização da aplicação dos recursos públicos, ao aproveitar a estrutura e os equipamentos já disponíveis na rede municipal de saúde, concentrando os custos na contratação de mão de obra qualificada para a execução dos exames. Tal modelo elimina a necessidade de novos investimentos em aquisição de equipamentos ou na ampliação da infraestrutura física, o que contribuiria para onerar ainda mais o orçamento público.

Ademais, o credenciamento de profissionais confere à Administração Pública maior flexibilidade e agilidade na prestação dos serviços de diagnóstico por imagem, uma vez que permite a formação de um cadastro dinâmico de prestadores habilitados, aptos a executar os exames conforme a variação da demanda local. Esse formato possibilita a rápida mobilização de recursos humanos especializados sempre que houver picos de procura, além de assegurar a continuidade e regularidade na oferta dos exames de ultrassonografia à população.

Assim, a contratação por credenciamento mostra-se a medida mais adequada para assegurar a prestação célere, eficiente e economicamente sustentável dos serviços de ultrassonografia, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. O presente Termo de Referência visa a contratação de serviços médicos de exames de ultrassonografia, afim de atender as demandas presentes na Secretaria Municipal da Saúde, o objeto deste estudo enquadra-se como comum em razão de estar objetivamente definido neste documento e envolve padrão de desempenho e qualidade por meio de especificações usuais de mercado.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

6.2. A contratação será realizada por meio de chamamento público para credenciamento de profissionais, pessoas físicas e/ou jurídicas, para a prestação dos serviços ora requeridos.

6.3. Os profissionais (pessoa física ou jurídica) credenciados neste certame deverão executar os atendimentos no município, em local adequado, que será ofertado pela Secretaria de Saúde com equipamento próprio da contratante.

6.4. A definição da agenda de atendimentos será ajustada em comum acordo entre os profissionais credenciados e a gestão da Secretaria Municipal de Saúde, respeitando os dias úteis e assegurando que todos os procedimentos sejam integralmente executados dentro do prazo de vigência do contrato.

6.5. Para a prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

CAPÍTULO III DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Os profissionais credenciados deverão realizar exames diagnósticos por imagem de ultrassonografia em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e os protocolos clínicos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e demais órgãos reguladores, observando as boas práticas médicas e a legislação vigente.

7.2. As atividades englobadas na prestação dos serviços incluem, mas não se limitam a:

- Execução de exames de ultrassonografia geral e especializada, tais como ultrassonografia abdominal, pélvica, obstétrica, transvaginal, tireoide, mama, partes moles, vias urinárias, próstata, região inguinal entre outros que venham a ser especificados pela Secretaria;
- Realização dos exames nas instalações da CONTRATANTE, utilizando o aparelho de ultrassonografia disponível na unidade de saúde indicada, com manuseio e operação adequados ao equipamento;
- Elaboração e entrega dos laudos médicos, devidamente assinados por profissional legalmente habilitado, contendo a descrição detalhada dos achados do exame, diagnóstico e, quando aplicável, orientações complementares;
- Agendamento e organização dos atendimentos, em conjunto com a gestão da Secretaria Municipal de Saúde, adequando-se à demanda e respeitando os critérios de prioridade e as necessidades do serviço público;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

- Registro adequado das informações dos pacientes e dos procedimentos realizados em sistema próprio da Secretaria ou por meio de registros físicos, conforme orientação da CONTRATANTE;
- Cumprimento dos prazos estabelecidos para a realização dos exames e entrega dos laudos, assegurando a celeridade e a eficiência no atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

8. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1. PRAZO

O prazo para início da prestação dos serviços se dará imediatamente após a assinatura do contrato.

8.2. LOCAL E HORÁRIO

Os profissionais credenciados deverão realizar os exames nas instalações da CONTRATANTE, utilizando o aparelho de ultrassonografia disponível na unidade de saúde indicada, em horário a ser determinado com a gestão da Secretaria conforme disponibilidade.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

- a) verificar a execução do objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta;
- c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço prestado, para que seja corrigido;
- d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f) a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a)** efetuar a realização dos serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos;
- b)** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da má execução objeto;
- c)** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da prestação dos serviços os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d)** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e)** indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11. GARANTIA (E/OU VALIDADE)

Não serão exigidas garantias.

**CAPÍTULO IV
DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.3. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

12.4. Os responsáveis pelas fiscalizações dos contratos provenientes deste chamamento público serão designados oportunamente e formalmente indicados por portaria específica, após a celebração dos contratos.

12.5. A gestão contratual ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, que será responsável pelo acompanhamento e supervisão integral da execução do contrato, competindo-lhe a verificação da vigência contratual, controle das garantias, aplicação dos reajustes previstos, bem como a



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

adoção de outras providências necessárias à adequada execução e ao cumprimento das cláusulas contratuais.

13. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

13.1. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

**CAPÍTULO V
DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

14. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

14.1. O objeto contratado será realizado nas dependências da CONTRATANTE, utilizando de equipamento próprio;

14.2. O credenciado se obriga a apresentar na Secretaria Municipal da Saúde, até o dia 02 do mês corrente, a fatura, anexando todos os comprovantes de despesas, requisições devidamente autorizadas relativos aos atendimentos prestados no período anterior, discriminando em planilha o nome do usuário, número do cartão SUS, data e assinatura do paciente.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

XI praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa;

III. impedimento de licitar e contratar;

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I a natureza e a gravidade da infração cometida;

II as peculiaridades do caso concreto;

III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 15.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 15.2, de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso, aplicada por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, limitado a 10 dias consecutivos, configurando inexecução parcial do contrato.

15.2.4.1. De 15% (quinze por cento) do valor do contrato, aplicado por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, por período superior a 15 dias consecutivos. Fica a critério da Administração a não aceitação do objeto, de forma a configurar inexecução total do contrato, sem prejuízo as demais sanções e penalidades cabíveis.

15.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 15.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Borja, pelo prazo de 3 (três) anos.

15.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 15.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.2.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 15.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do Prefeito.

15.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 15.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

15.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 15.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 15.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 15.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

16.1. O pagamento se dará por produção, conforme os atendimentos realizados. As faturas apresentadas pelos credenciados referentes aos serviços prestados serão submetidas à lisura pré-pagamento, cabendo-lhe a emissão de glosa parcial ou total sob evidência objetiva de irregularidade.

16.1. O pagamento será feito mensalmente, mediante Empenho, e solicitação da Secretaria da Saúde, após a entrega da produção mensal de cada profissional.

CAPÍTULO VI FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

17.1. Com base na natureza e nos valores estimados do objeto a ser contratado, a Secretaria Municipal da Saúde opta pela modalidade de chamamento público para credenciamento de profissionais especializados.

17.2. Serão selecionados os credenciados que atenderem a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência, com a indicação do critério de julgamento a ser adotado.

17.3. O presente credenciamento trata-se de hipótese de contratação paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

17.4. O agendamento dos exames ficará sob responsabilidade da Secretaria, que organizará as datas e horários de acordo com as disponibilidades fornecidas pelos profissionais credenciados. O processo seguirá uma ordem definida: primeiramente, serão agendados os exames dos pacientes com maior risco, conforme a classificação de risco estabelecida. Dentro desse grupo, serão priorizados os pedidos mais antigos. Dessa forma, os exames serão agendados de acordo com a gravidade dos casos e a ordem cronológica das solicitações, garantindo que os pacientes mais urgentes sejam atendidos primeiro e, em seguida, os demais, respeitando sempre a ordem de chegada das solicitações.

18. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

18.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a)** identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF).
- b)** a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto, indicando, no que for aplicável, a marca, o modelo, prazo de validade ou de garantia; número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- c)** prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.
- d)** apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência.
- e)** assinatura do responsável legal da empresa.

18.1 AMOSTRA

(X) Não () Sim

18.2 DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE

Não se aplica.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

19. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

A comprovação da especialidade será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- 1) Título de especialista expedido pela Sociedade Brasileira da especialidade ou Certificado de Residência Médica, na especialidade, realizada em entidade oficial ou reconhecida, por período mínimo de dois anos;
- 2) Registro de especialidade no Conselho Regional; caso não exista Conselho próprio da especialidade, esta exigência será suprida por cópia autenticada do diploma.

19.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA

() Sim (X) Não

19.2 VISTORIA

(X) Não () Sim () Opcional () Obrigatória.

19.3 LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL

Não se aplica.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS

A estimativa de preço para os exames de ultrassonografia (incluindo a emissão de laudo médico e a execução dos exames no aparelho e nas dependências do município) foi elaborada por meio de pesquisa nas principais plataformas de compras e licitações públicas, como o LICITACON e o PNCP, além de consultas realizadas na internet, utilizando o Google.

Considerando as especificidades do serviço a ser contratado, o qual envolve a realização de exames de ultrassonografia em equipamento e local próprios da CONTRATANTE, foram encontrados dois contratos de prefeituras que firmaram acordos com profissionais para a execução desses exames em aparelhos e instalações próprios da Administração Municipal, os demais preços encontrados ofertam a estrutura e equipamentos da contratada, não servindo de parâmetro para a formação de preço.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Após uma análise detalhada e exaustiva na busca de preços e na comparação de valores, sugerimos a atualização do valor constante no chamamento nº 03/2023 (item ecografia/ultrassom), conforme o cálculo realizado pelo COGEM (anexo 1 deste documento). Essa atualização resulta em um valor inferior à média encontrada, evidenciando a busca por soluções mais econômicas e garantindo transparência no processo como observa-se na tabela a seguir (anexo 2 deste documento):

PESQUISA DE PREÇO PARA EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA REALIZADOS NO APARELHO E INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO			
MUNICÍPIO	CONTRATO	VALOR	IPCA
Santo Antonio das Missões (RS)	PE 30/2024	66,33	
Pedras Altas (RS)	INEX 06/2024	95,00	
São Borja (RS)	CP 03/2023	49,47	4,59%
Média		70,27	
Valor Sugerido		51,74	

Assim, a quantidade estimada anual e o valor estimado total anual da contratação fica:

QUANTIDADE ESTIMADA ANUAL	ITEM/SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4800	Exames de Ultrassonografia (com emissão de laudo e realizados no aparelho e nas dependências do município)	R\$ 51,74	R\$ 248.352,00

Os preços que fundamentam esta estimativa de valores foram por mim obtidos e rubricados, são verdadeiros e representam o melhor resultado que pude obter seguindo as orientações das normas que regem a matéria.

Larissa Prado Tonelotto
Agente Operacional de Saúde - Setor de Contabilidade -SMS
São Borja, 21 de Fevereiro de 2025.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município e serão custeadas com recursos financeiros provenientes do Tesouro Municipal ou Governo Federal/emenda parlamentar.

21.2.

Órgão: 10

Unidade:04

Função:10

Programa:155

Projeto/Atividade:2231

Elemento:3.3.90.39.00.00.00 PJ/ 3.3.90.36.00.00.00 PF

Recurso:500 e 600.

**CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

São Borja/RS, 21 de Fevereiro de 2025.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
Larissa Prado Tonelotto
Agente Operacional de Saúde

SECRETÁRIO (A) DA PASTA
Sabrina Dornelles Loureiro

() Defiro

() Indefiro

**José Luiz Rodrigue Machado
Prefeito de São Borja/RS**